

www.pwc.com.br

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cooperados
Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

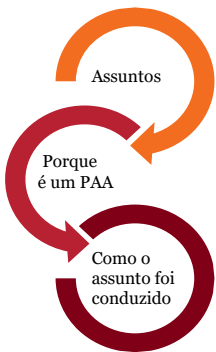
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob Cocred em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sicoob Cocred, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5, 6.2, 7.1, 22)	
A estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da Administração, considerando a	Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros: atualização do entendimento dos controles no nível da entidade



Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
expectativa de realização da carteira de crédito, com base em experiência passada, cenário atual e expectativas futuras e riscos específicos das carteiras de crédito. As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são constituídas levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas). Dessa forma, essa estimativa foi foco em nossa auditoria, pois o uso de julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	e dos processos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas; Efetuamos testes com o objetivo de verificar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Esses testes incluíram o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos, a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, as premissas adotadas e os julgamentos exercidos pela administração, testando a aderência aos requisitos da Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional e a revisão das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e procedimentos aplicados pela Administração, bem como as premissas utilizadas na determinação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as divulgações realizadas nas notas explicativas são consistentes com os dados e informações obtidos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Sicoob Cocred é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sicoob Cocred continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sicoob Cocred ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Os responsáveis pela governança da Sicoob Cocred são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sicoob Cocred.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sicoob Cocred. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sicoob Cocred a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.



Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2025

PRICE WATERHOUSE COOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4



Marcos Franco Botelho
Contador CRC 1SP249995/O-8

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração das sobras ou perdas	3
Demonstração dos resultados abrangentes	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	7
2 Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis significativas	7
3 Caixa e equivalentes de caixa	18
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	19
5 Títulos e valores mobiliários	19
6 Operações de crédito	21
7 Outros ativos financeiros	23
8 Ativos fiscais, correntes e diferidos	25
9 Outros ativos	26
10 Imobilizado	26
11 Intangível	27
12 Depósitos à vista e a prazo	27
13 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	28
14 Obrigações por empréstimos e repasses	28
15 Outros passivos financeiros	29
16 Provisões	30
17 Obrigações fiscais, correntes e diferidas	31
18 Outros passivos	31
19 Instrumentos financeiros derivativos	32
20 Patrimônio líquido	32
21 Receitas de operações de crédito	34
22 Dispêndios e despesas da intermediação financeira	35
23 Ingressos e receitas de prestação de serviços	35
24 Rendas de tarifas	35
25 Dispêndios e despesas de pessoal	36
26 Outros dispêndios e despesas administrativas	36
27 Dispêndios e despesas tributárias	37
28 Outros ingressos e receitas operacionais	37
29 Outros dispêndios e despesas operacionais	37
30 Despesas com provisões	38
31 Outras receitas e despesas	38
32 Imposto de renda e contribuição social	38
33 Resultado não recorrente	38
34 Partes relacionadas	39
35 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	40
36 Gerenciamento de riscos	40
37 Garantias	47
38 Cobertura de seguros	47
39 Benefícios a empregados	47

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito**Balanço patrimonial em 31 de dezembro**
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
ATIVO		12.874.463	11.413.887
Disponibilidades	3	17.453	15.013
Instrumentos Financeiros		13.127.481	11.621.887
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	187.545	573.647
Títulos e Valores Mobiliários	5	4.118.796	3.086.662
Relações Interfinanceiras	3	3.632.570	2.981.435
Operações de Crédito	6	5.126.604	4.897.543
Outros Ativos Financeiros	7	61.966	82.601
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(413.634)	(349.849)
(-) Operações de Crédito	6	(401.405)	(327.936)
(-) Outras	7	(12.229)	(21.913)
Ativos Fiscais correntes e diferidos	8	14.767	12.346
Outros Ativos	9	14.076	3.937
Imobilizado de Uso	10	104.189	103.344
Imobilizado de Uso		167.376	153.921
(-) Depreciação acumulada		(63.187)	(50.577)
Intangível	11	10.130	7.210
Intangível		31.767	23.241
(-) Amortização acumulada		(21.637)	(16.031)
Total do Ativo		12.874.463	11.413.887
	Notas	2024	2023
PASSIVO		11.169.074	10.036.289
Depósitos	12	6.648.290	5.099.639
Depósitos à Vista		985.067	875.997
Depósitos à Prazo		5.663.222	4.223.642
Instrumentos Financeiros	19	4.307.372	4.764.352
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	3.500.082	3.455.117
Repasse Interfinanceiros	14	786.383	1.291.975
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	411	811
Outros Passivos Financeiros	15	20.496	16.449
Provisões	16	56.846	43.879
Obrigações Fiscais e diferidas	17	15.014	14.258
Outros Passivos	18	141.552	114.161
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	1.705.387	1.377.596
Capital Social		1.030.984	808.231
Reserva Legal		580.274	481.422
Sobras Acumuladas		94.129	87.943
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		12.874.463	11.413.887

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Demonstração das sobras ou perdas
Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		2024		2023
		2º semestre	Exercício	Exercício
		(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Nota				
Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira		900.850	1.687.629	1.515.136
	Operações de Crédito	21	473.307	883.696
	Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3	185.717	337.352
	Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	14.670	39.433
	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	227.156	427.148
				195.070
Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira		(651.955)	(1.270.821)	(1.148.385)
	Operações de Captação no Mercado	12.2	(504.231)	(949.558)
	Operações de Empréstimos e Repasses	14	(47.797)	(103.778)
	Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.6 e 7.2	(99.927)	(217.484)
				(108.621)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		248.895	416.808	366.751
Outros Ingressos / Dispêndios Operacionais		(66.417)	(118.783)	(89.492)
	Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	35.189	66.778
	Rendas de Tarifas	24	5.774	12.355
	Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(51.695)	(99.871)
	Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(57.881)	(110.054)
	Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(815)	(2.179)
	Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	28.378	58.211
	Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(25.368)	(44.023)
				(27.023)
Provisões		30	(4.571)	(11.228)
	(Provisões)/Reversões para Contingências		(9.188)	(10.042)
	(Provisões)/Reversões para Garantias Prestadas		4.617	(1.185)
				(1.715)
Resultado Operacional		177.907	286.798	271.867
Outras Receitas e Despesas		31	1.496	2.715
				5.369
Sobras Antes da Tributação e Participações		179.402	289.513	277.237
Imposto de Renda e Contribuição Social		32	419	(2.033)
	Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados		1.315	
	Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(896)	(2.033)
				(2.973)
Sobras do período/exercício antes das destinações e do JCP		179.821	287.479	274.265
Participações nos Resultados		(17.390)	(23.122)	(24.322)
Sobras ou Perdas do Período a Disposição da Assembléia		162.431	264.357	249.943
	Juros ao Capital	20.2	(96.249)	(96.249)
				(88.956)
Sobras do período/exercício antes das destinações		66.181	168.108	160.986

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		2024	2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Sobras do período/exercício	162.431	264.357	274.265
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente	162.431	264.357	274.265

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Capital à Realizar	Reserva Legal	Sobras acumuladas	Total
Em 31 de dezembro de 2022		632.449	(85)	424.146	49.571	1.106.080
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:	20.3					
Constituição de Reservas					(8.595)	(8.595)
Distribuição de sobras para associados		17.453		5.976	(40.976)	(17.547)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	20.1	117.183				117.183
Por Devolução		(38.545)				(38.545)
Sobras do exercício antes das destinações e do JCP					249.942	249.942
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.3	79.776			(88.956)	(9.180)
Destinações das Sobras do Exercício:	20.2					
Fundo de Reserva				51.300	(51.300)	
FATES - Atos Cooperativos					(7.329)	(7.329)
FATES - Atos Não Cooperativos					(14.414)	(14.414)
Em 31 de dezembro de 2023		808.316	(85)	481.422	87.943	1.377.596
Destinações de Sobras do Exercício Anterior:	20.3					
Constituição de Reservas				43.943	(43.943)	
Distribuição de sobras para associados		26.425			(44.000)	(17.575)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	20.1	155.473				155.473
Por Devolução		(45.786)	(182)			(45.968)
Sobras do exercício antes das destinações e do JCP					264.357	264.357
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.2	86.823			(96.249)	(9.426)
Destinações das Sobras do Exercício:	20.3					
Fundo de Reserva				54.909	(54.909)	
FATES - Atos Cooperativos					(7.844)	(7.844)
FATES - Atos Não Cooperativos					(11.226)	(11.226)
Em 31 de dezembro de 2024		1.031.251	(266)	580.274	94.129	1.705.388
Em 30 de junho de 2024		898.407	(394)	525.365	101.925	1.525.303
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	20.1	68.805	128			68.933
Por Devolução		(22.784)				(22.784)
Sobras do exercício antes das destinações e do JCP					162.432	162.432
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.2	86.823			(96.249)	(9.426)
Destinações das Sobras do Exercício:	20.3					
Fundo de Reserva				54.909	(54.909)	
FATES - Atos Cooperativos					(7.844)	(7.844)
FATES - Atos Não Cooperativos					(11.226)	(11.226)
Em 31 de dezembro de 2024		1.031.251	(266)	580.274	94.129	1.705.388

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		2024		2023
	Nota	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Sobras antes da tributação e participações		179.402	289.513	277.237
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	28	(14.440)	(14.440)	(12.590)
Distribuição de Sobras e Dividendos	28	(3.093)	(22.658)	(19.162)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	22	99.927	217.484	108.621
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	30	(4.617)	1.185	1.715
Provisões/Reversões para Contingências	30	9.188	10.042	3.677
Depreciações e Amortizações	26	9.850	19.030	16.570
Sobras antes da tributação e participações ajustado		276.216	500.157	376.069
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		217.510	386.101	151.603
Títulos e Valores Mobiliários		(258.286)	(978.137)	(2.223.402)
Operações de Crédito		(52.750)	(366.302)	476.148
Outros Ativos Financeiros		8.494	4.231	(7.163)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(2.308)	(2.421)	(5.008)
Outros Ativos		(9.211)	(10.140)	1.794
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		41.696	109.070	219.936
Depósitos a Prazo		562.024	1.439.580	801.371
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		57.357	44.966	1.268.985
Repasse Interfinanceiros		(227.492)	(505.592)	(836.536)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(412)	(400)	(388)
Outros Passivos Financeiros		11.508	4.046	(28.480)
Provisões		695	1.740	2.534
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		9.884	793	3.201
Outros Passivos		1.282	(5.210)	21.462
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES				(8.595)
FATES - Atos Cooperativos		(7.844)	(7.844)	(7.329)
FATES - Atos Não Cooperativos		(11.226)	(11.226)	(14.414)
Imposto de Renda		1.120		-
Contribuição Social		(932)	(2.071)	(3.665)
Caixa líquido originado em atividades operacionais		617.326	601.340	188.123
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos	28	3.093	22.128	18.519
Distribuição de Sobras da Central Recebidos	28		530	643
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	28	14.440	14.440	12.590
Aquisição de Intangível		(2.602)	(9.123)	(6.404)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(5.469)	(13.672)	(15.506)
Aquisição de Investimento (Central e Sicoob)		(29.256)	(53.998)	(53.797)
Caixa líquido aplicado em investimentos		(19.794)	(39.696)	(43.956)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital	20.1	68.933	155.291	117.183
Devolução de Capital à Cooperados	20.1	(22.784)	(45.786)	(38.544)
Estorno de Capital	20.1			(1)
Distribuição de Sobras Para Associados	20.3		(17.575)	(17.547)
Caixa líquido originado em financiamentos		46.149	91.930	61.091
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		643.681	653.575	205.257
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	3	3.006.342	2.996.448	2.791.191
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	3	3.650.023	3.650.023	2.996.448
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		643.681	653.575	205.257

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred" ou "Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de cooperados com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e acionista do Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Araçatuba, Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Bauru, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Guaíra, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocauçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, São José do Rio Preto, São Carlos, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz, Uberlândia, Uberaba e Viradouro.

A área de admissão de cooperados passou a abranger todas as unidades da Federação.

A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados;
- (ii) A formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.
- (iv) No dia 1º de julho de 2024 a cooperativa migrou de S4 para S3, segundo classificação do Banco Central (BC). A mudança de segmento reflete a adequação da Cooperativa aos critérios definidos pelo Banco Central do Brasil, levando em consideração o seu porte e os novos requisitos regulatórios. A migração também representa o cumprimento de todas as exigências e normas pertinentes à nova classificação, que englobam aspectos de governança, capital social e práticas de risco.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis significativas

As políticas significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação pelo Conselho de administração e ratificação pelo Conselho fiscal, que são os órgãos estatutários responsáveis pela governança, ocorreu em 24 de fevereiro de 2025 e 26 de fevereiro de 2025, respectivamente.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, compreende a Diretoria Executiva.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Mudanças aplicadas nas presentes demonstrações financeiras

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iii) ativo problemático e stop accrual; iv) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

- **Etapas 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

- **Etapa 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;
- **Etapa 3 - Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “De x Para” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Etapa 4 - Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Etapa 5 - Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Etapa 6 - Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

c) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

- **Classificação em modelos de negócios:** Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

- **Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais
Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;
- **Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro
Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);
- **Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

- **Taxa de juros efetiva da operação (TJEO):** o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

- **Suspensão dos juros (stop accrual):** de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

- **Alocação em estágios:** dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

- **Estágio 1:** ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;
- **Estágio 2:** ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;
- **Estágio 3:** ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

- **Perdas esperadas (PE):** A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperada (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, a Instituição, segundo melhores estimativas, a administração avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, uma reversão de valor correspondente aproximadamente a 4 % sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off):** O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios devem estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

- **Hierarquia de valor justo:** os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

- **Nível 1:** instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;
- **Nível 2:** instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.
- **Nível 3:** instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

- **Efeitos tributários Cooperativas:** em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

d) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) **Resolução BCB nº 390**, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) **Instruções Normativas BCB nº 426 a 433** atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

2.3 Continuidade dos negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Na data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras, a administração da Cooperativa avaliou e entendeu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura.

2.4 Descrição das políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus cooperados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não cooperados.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Títulos e valores mobiliários

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

i) **Participações de Cooperativas:** registradas pelo valor do custo, conforme Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

ii) **Cédulas de Produto Rural (CPRs):** títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

iii) **Outros Títulos de Renda Fixa:** os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

h) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, eles apenas são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras quando probabilidade de êxito prováveis. Quando ocorre decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo, esses ativos deixam de ser contingentes e são reconhecidos contabilmente.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

p) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em circulante e não circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem decrescente de liquidez e de exigibilidade, respectivamente. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2024, não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

w) Resultados não recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB COCRED opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 que possuíssem relevância para serem divulgados.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	2024	2023
Disponibilidades	17.453	15.013
Relações interfinanceiras (i)	3.632.570	2.981.435
	3.650.023	2.996.448

(i) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob São Paulo como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, com remuneração média de 100 % do CDI (2023 – 100 % do CDI), foram respectivamente:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2º Semestre	2024	2023
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	185.717	337.352	344.933

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Modalidade	2024	2023
Ligadas (i)	187.545	573.647
	187.545	573.647
Ativo circulante	(187.545)	(573.647)
Ativo não circulante		

(i) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 98,62 % do CDI (2023 – 99,30 % do CDI).

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

	2º Semestre	2024	2023
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.670	39.433	91.813

5 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Modalidade	2024	2023
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (i)	182.536	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (ii)		9.166
Cédula Produto Rural - CPR (iii)	3.722.968	2.917.204
Provisão para Desvalorização - CPR	(60.098)	(59.062)
Participações - Investimentos (iv)	272.994	218.996
Títulos Públicos Federais - LFT	395	357
	4.118.796	3.086.662
Ativo circulante	(524.806)	(170.447)
Ativo não circulante	3.593.990	2.916.215

(i) Os Recibos de depósito cooperativos - RDC referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras mantidas na Sicoob São Paulo com remuneração média de 105 % do CDI. (2023 – 108,15 % do CDI)

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Os Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA são títulos de renda fixa lastreados em recebíveis originados do agronegócio, esses títulos foram liquidados em junho de 2024, no momento do seu vencimento. (2023 – 15,87 % a.a.).

(iii) A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPRF) trata-se de um de produto criado pelo Sicoob, lastreada em produto rural, disponível na emissão ou cuja produção seja esperada ao longo da vigência do título, com liquidação financeira obrigatoriamente.

(iv) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1 de abril de 2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os investimentos estão constituídos por:

Modalidade	2024	2023
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob SP	157.325	123.969
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	115.540	94.914
Outras Participações	129	113
	272.994	218.996

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 30.356 e R\$ 20.627, na Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente.

Em 2024, foram recebidas sobras nos montantes de R\$ 14.970 e R\$ 15.003 pela Sicoob São Paulo, e BANCOOB, respectivamente. E dividendos da Sicoob Seguradora no montante de R\$ 7.124. (Nota 28)

Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, na SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo não circulante têm sua realização prevista substancialmente para 2029.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contrapartida à receita de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, foram, respectivamente:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024		2023
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	227.156	427.148	195.070

6 Operações de crédito

6.1 Composição da carteira por modalidade

Modalidade	2024	2023
Adiantamentos a depositantes	8.109	4.792
Cheque especial e conta garantida	224.113	197.315
Empréstimos e financiamentos	3.112.814	2.560.268
Títulos descontados	150.277	130.229
Financiamentos rurais	1.631.291	2.004.939
	5.126.604	4.897.543
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.6)	(401.405)	(327.936)
	4.725.199	4.569.607
Ativo circulante	(2.218.230)	(2.157.722)
Ativo não circulante	2.506.969	2.411.885

6.2 Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

Nível de risco	Percentual	Situação	2024					2023	
			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA		Normal	258.014	8.128	507.201	773.342	-	55.258	-
A	0,5%	Normal	586.406	116.251	674.812	1.377.469	(6.887)	1.977.357	(9.887)
B	1%	Normal	880.859	123.279	328.753	1.332.892	(13.329)	1.451.263	(14.513)
B	1%	Vencidas	11.561	1.087	1	12.648	(126)	3.765	(38)
C	3%	Normal	711.999	129.873	76.509	918.382	(27.551)	854.969	(25.649)
C	3%	Vencidas	37.302	1.299	97	38.697	(1.161)	6.792	(204)
D	10%	Normal	168.059	12.657	7.363	188.079	(18.808)	237.201	(23.720)
D	10%	Vencidas	25.059	899	861	26.819	(2.682)	4.858	(486)
E	30%	Normal	62.436	4.169	882	67.487	(20.246)	47.153	(14.146)
E	30%	Vencidas	24.137	2.487	-	26.624	(7.987)	4.347	(1.304)
F	50%	Normal	30.050	1.203	1.021	32.274	(16.137)	22.015	(11.007)
F	50%	Vencidas	28.080	3.718	30.147	61.944	(30.972)	3.740	(1.870)
G	70%	Normal	30.022	692	-	30.714	(21.500)	11.890	(8.323)
G	70%	Vencidas	14.693	2.450	239	17.381	(12.167)	487	(341)
H	100%	Normal	97.886	2.703	310	100.899	(100.899)	94.581	(94.581)
H	100%	Vencidas	110.515	7.341	3.095	120.952	(120.952)	121.867	(121.867)
Total Normal			2.825.732	398.954	1.596.852	4.821.539	(225.358)	4.751.687	(201.826)
Total Vencidos			251.346	19.280	34.439	305.065	(176.047)	145.856	(126.110)
Total Geral			3.077.078	418.235	1.631.291	5.126.604	(401.405)	4.897.543	(327.936)
Provisões			(348.386)	(23.815)	(29.203)	(401.405)		(327.936)	
Total Líquido			2.728.692	394.419	1.602.087	4.725.199		4.569.607	

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.3 Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário)

2024				
Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	657.059	709.094	1.710.926	3.077.078
Financiamentos	40.180	102.355	275.700	418.235
Financiamentos Rurais	185.707	680.519	765.065	1.631.291
TOTAL	882.945	1.491.968	2.751.690	5.126.604

2023				
Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	538.931	639.013	1.350.249	2.528.193
Financiamentos	33.160	88.606	242.645	364.411
Financiamentos Rurais	294.355	683.523	1.027.062	2.004.940
TOTAL	866.446	1.411.143	2.619.954	4.897.543

6.4 Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica

2024					
Descrição	Empréstimos/TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	31/12/2024	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	475.663	77.850	175.354	728.867	14%
Setor Privado - Indústria	324.993	21.089	389.155	735.237	14%
Setor Privado - Serviços	1.340.217	195.915	232.408	1.768.540	34%
Pessoa Física	886.344	106.741	713.650	1.706.735	33%
Outros	49.861	16.640	120.724	187.225	4%
TOTAL	3.077.078	418.235	1.631.291	5.126.604	100%

2023					
Descrição	Empréstimos/TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	31/12/2023	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	409.033	64.475	88.928	562.436	11%
Setor Privado - Indústria	303.175	18.173	523.015	844.363	17%
Setor Privado - Serviços	1.029.466	149.388	201.927	1.380.781	28%
Pessoa Física	725.064	111.808	998.544	1.835.416	37%
Outros	61.455	20.567	192.526	274.548	6%
TOTAL	2.528.193	364.411	2.004.940	4.897.543	100%

6.5 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
2025	-	1.038.445
2026	1.048.025	683.335
2027	670.338	414.527
2028	405.472	171.714
2029 a 2041	383.134	103.865
	2.506.969	2.411.885

6.6 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	2024	2023
Saldo inicial	327.936	338.148
(-) Créditos baixados para prejuízo	(137.242)	(102.813)
Provisão constituída no exercício (Nota 22)	412.894	275.231
(-) Reversão da provisão (Nota 22)	(202.184)	(182.630)
Saldo final	401.405	327.936

6.7 Concentração dos principais devedores

Descrição	2024		2023	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior Devedor	157.221	3%	144.224	3%
10 Maiores Devedores	1.100.291	21%	1.008.613	21%
50 Maiores Devedores	3.117.136	61%	2.849.822	58%

6.8 Recuperação de créditos baixados como prejuízo

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 84.213 no exercício findo em 31 de dezembro 2024 (2023 - R\$ 33.258), e foi registrada em contrapartida de "Recuperação de créditos baixados como prejuízo" em Receitas de operações de créditos (Nota 21).

7 Outros ativos financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Avais e Fianças Honrados (i) (Nota 7.1)	14.139	11.536
Rendas a Receber (ii)	5.545	4.604
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii) (Nota 7.1)	20.332	39.726
Títulos e créditos a receber (iv) (Nota 7.1)		6.037
Valores tarifas a receber	560	1.081
Depósitos em garantia (v)	21.390	19.617
	61.966	82.601
Provisão para perdas (Nota 7.1)	(12.229)	(21.913)
	49.737	60.688
Ativo circulante	(10.979)	(14.427)
Ativo Não Circulante	38.758	46.261

(i) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de cooperados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(ii) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito e rendas de serviços de convênios a receber;

(iii) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens recebidos como pagamento de dívida;

(iv) Em Títulos e Créditos a Receber estavam registrados contratos vinculados a produtos, oriundos de renegociações de operações de crédito, as operações foram liquidadas no exercício.

(v) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais, referente a processos discutidos pela Cooperativa.

7.1 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			2024			2023		
Nível de risco	Percentual	Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por compra de valores e bens	Total	Provisões	Total	Provisões
AA		Normal		824	824			
A	0,5%	Normal		4.121	4.121	(21)	4.342	(22)
B	1%	Normal		15.240	15.240	(152)	23.151	(232)
C	3%	Normal					4.223	(127)
D	10%	Normal					196	(20)
E	30%	Normal	324		324	(97)	1.641	(492)
E	30%	Vencidas	573		573	(172)	497	(149)
F	50%	Normal	56		56	(28)		
F	50%	Vencidas	1.145	147	1.293	(646)	51	(25)
G	70%	Normal	30		30	(21)	7.814	(5.470)
G	70%	Vencidas	3.063		3.063	(2.144)	22	(16)
H	100%	Normal	17		17	(17)	4.397	(4.397)
H	100%	Vencidas	8.932		8.932	(8.932)	10.965	(10.965)
Total Normal			426	20.185	20.611	(336)	45.763	(10.758)
Total Vencidos			13.713	147	13.860	(11.894)	11.536	(11.155)
Total Geral			14.139	20.332	34.471	(12.229)	57.299	(21.913)
Provisões			(11.983)	(247)	(12.229)		(21.913)	
Total Líquido			2.156	20.086	22.242		35.386	

7.2 Movimentação da provisão de outros ativos financeiros

	2024	2023
Saldo inicial	21.913	17.944
(-) Créditos baixados para prejuízo	(16.458)	(12.051)
Provisão constituída no exercício (Nota 22)	20.643	21.399
(-) Reversão efetuada no exercício (Nota 22)	(13.870)	(5.378)
Saldo final	12.229	21.913

8 Ativos fiscais, correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica estava composta de impostos e contribuições a compensar referente ao recebimento de comissionamento de produtos e IR de exercício anterior.

	2024	2023
Imposto de Renda	13.948	11.579
Pis e Cofins	818	766
	14.767	12.346
Ativo circulante	(14.767)	(12.346)
Ativo Não Circulante		

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Outros ativos

	2024	2023
Adiantamentos e Participações Salariais	29	9
Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta (i)	2.361	1.494
Devedores Diversos País (ii)	1.027	1.951
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos (iii)	10.197	
Material em Estoque	181	245
Despesas Antecipadas (iv)	282	239
	14.076	3.937
Ativo circulante	(14.076)	(3.937)
Ativo Não circulante		

- (i) Os Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta referem-se a adiantamentos a fornecedores;
- (ii) Em Devedores Diversos País estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar;
- (iii) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (iv) As despesas antecipadas, referem-se aos prêmios de seguros.

10 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

	2024			2023			%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	20.824	(7.284)	13.540	19.391	(6.075)	13.316	10
Sistemas de comunicação	576	(201)	375	566	(150)	416	10
Equipamentos de processamento de dados	26.615	(16.786)	9.830	23.624	(12.904)	10.720	20
Veículos	850	(679)	171	1.128	(721)	407	20
Sistemas de vigilância	4.218	(2.748)	1.470	3.557	(2.109)	1.448	20
Instalações	60.947	(30.466)	30.480	51.902	(25.228)	26.674	20
Edificações	41.189	(5.024)	36.165	40.768	(3.389)	37.379	4
Terrenos	8.252		8.252	8.252		8.252	
imobilização em curso (i)	3.906		3.906	4.732		4.732	
	167.376	(63.187)	104.189	153.921	(50.577)	103.344	

- (i) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

	2024			2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares e Licenças	31.745	(21.637)	10.108	23.220	(16.031)	7.189
Marcas e Patentes	22		22	21		21
	31.767	(21.637)	10.130	23.241	(16.031)	7.210

12 Depósitos à vista e a prazo

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os depósitos estavam assim compostos:

	2024	2023
Depósitos à vista (i)	985.067	875.997
Depósitos à prazo (ii)	5.663.222	4.223.642
	6.648.290	5.099.639
Passivo circulante	1.368.935	1.162.213
Passivo Não Circulante	5.279.355	3.937.426

(i) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(ii) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, é feito em “Despesas com operações de captação de mercado”.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.1 Concentração dos principais depositantes

Descrição	2024		2023	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior Depositante	155.419	2%	131.198	3%
10 Maiores Depositantes	1.124.291	11%	960.291	19%
50 Maiores Depositantes	2.990.355	30%	2.557.190	50%

12.2 Despesas com operações de captação de mercado (Notas 13 e 22):

Descrição	2024	2023
	2º semestre	Exercício
Despesas de Depósitos a Prazo	(306.456)	(557.441)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (Nota 13)	(166.111)	(306.607)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário - LCI (Nota 13)	(24.316)	(71.404)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(7.348)	(14.106)
	<u>(504.231)</u>	<u>(839.037)</u>

13 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estavam assim compostas:

Modalidade	2024	2023
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	3.398.444	2.654.737
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	101.638	800.380
	<u>3.500.082</u>	<u>3.455.117</u>
Passivo circulante	<u>1.418.922</u>	<u>1.730.585</u>
Passivo Não Circulante	<u>2.081.161</u>	<u>1.724.532</u>

Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 12).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. (Nota 12.2)

14 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos cooperados em diversas modalidades

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos cooperados beneficiados. (Nota 22)

Modalidade	Encargos financeiros (Taxa Anual)	2024			2023		
		Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total	Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total
Empréstimos	7,32% à 11,33%	11.920		11.920	14.462		14.462
Securitização	3,00%		411	411		811	811
Custeio Agrícola	0,82% à 2,99%	292.231		292.231	620.219		620.219
	3,00% à 5,99%	0		-	44		44
	6,00% à 6,99%	13.714		13.714	20.861		20.861
	7,00% à 7,99%	31.931		31.931	79.677		79.677
	8,00% à 8,99%	106.764		106.764	81.140		81.140
	9,00% à 9,99%	1.102		1.102	1.963		1.963
	10,00% à 12,80%	269.816		269.816	445.335		445.335
	12,81% à 16,06%	58.907		58.907	28.274		28.274
Total		786.383	411	786.795	1.291.975	811	1.292.786
Passivo circulante		(525.887)		(525.887)	(744.031)		(744.031)
Passivo não circulante		260.497	411	260.908	547.944	811	548.755

As despesas com empréstimos e repasses, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contrapartida à “Dispêndios e despesas da intermediação financeira” (Nota 22), foram, respectivamente:

	2024	2023
	2º semestre Exercício	Exercício
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 14)	(47.797)	(103.778)
		(200.727)

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2024	2023
2025		291.770
2026	151.596	145.239
2027	73.462	80.514
2028	19.457	17.605
2029	10.017	7.797
2030	4.563	4.284
2031	1.726	1.546
2032	87	0
	260.908	548.755

15 Outros passivos financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos cooperados, por sua ordem.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Recurso em Trânsito de Terceiros (i)	14.078	11.953
Obrigações por aquisições de bens e direitos (ii)	4.817	3.239
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (iii)	1.601	1.257
	20.496	16.449
Passivo circulante	(20.495)	(16.449)
Passivo não circulante		

(i) Recursos em Trânsito de Terceiros refere-se a valores a repassar relativos a Convênios;

(ii) Obrigações por aquisição de bens e direitos referem-se aos valores a pagar de fornecedores e obrigações em nome de terceiros (conta salário) de empresas cooperadas.

(iii) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos.

16 Provisões

	2024	2023
Provisões para garantias financeiras prestadas (i)	20.059	18.874
Provisão para Contingências (ii)	36.788	25.006
	56.846	43.880

(i) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, no montante de R\$ 440.535 em 31 de dezembro de 2024 (2023 – R\$ 356.483), conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. (Nota 37).

(ii) Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

16.1 Provisões para demandas judiciais

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	2024	2023
Tributárias	21.423	19.419
Cíveis	14.769	5.192
Trabalhistas	596	395
	36.788	25.006

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Passivos contingentes

O Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam em 2024 o montante de R\$ 10.147 de processos cíveis (2023 – R\$ 8.513), R\$ 95 de processos trabalhistas (2023 – R\$ 25), R\$ 1.130 de processos ambientais (2023 – R\$ 1.128), R\$ 2 de processos tributários, em 2023 não havia processos tributários classificados como possível.

Com a Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022 foi excluída a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. Dessa forma a Cooperativa em conjunto com seus assessores jurídicos realizou a análise das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Em 2023, para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada e totalizou R\$ 408 de processos com probabilidade de perda remota.

(b) Discussão de processos judiciais e administrativos

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17 Obrigações fiscais, correntes e diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

	2024	2023
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	172	197
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	12.473	11.763
Contribuição Previdenciária - INSS	1.687	1.535
Programa de Integração Social - PIS	32	25
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	157	127
Imposto sobre Serviços - ISS	97	129
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	364	470
Outros	32	12
	15.014	14.258

18 Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	51.815	38.284
Provisão Para Participações nos Lucros	25.595	24.322
Cotas de capital a pagar (ii)	37.845	29.534
Obrigações de pagamentos em nome de terceiros	5.679	5.331
Provisão para pagamentos a efetuar (iii)	15.176	14.288
Credores Diversos - País (iv)	5.442	2.403
	141.552	114.161
Passivo circulante	(140.260)	(113.149)
Passivo não circulante - Cotas de capital a pagar	1.292	1.012

(i) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os cooperados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(iii) Provisão para Pagamentos a Efetuar refere-se a provisão de Despesas de pessoal, aluguéis de imóveis e valores a pagar de cartões e transações intercooperativas;

(iv) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar do Banco Sicoob, Saldos Credores de renegociação de dívidas, Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação e Credores Diversos-Liquidação Cobrança.

19 Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital é representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	2024	2023
Capital Social	1.030.984	808.231

A subscrição de capital ocorre quando o Cooperado ingressa na cooperativa, no ato de admissão, ou também pode ocorrer de forma voluntária. O capital integralizado pelos associados em 2024 totalizou o montante de R\$ 155.473 (2023 – R\$ 117.183) que poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A forma da remuneração do capital

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

social dar-se-á por meio de integralização em cotas-partes no capital social ou através de crédito em conta corrente de cada associado, a critério do Conselho de Administração. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, conforme condições definidas no estatuto social da Cooperativa. Os desligamentos totalizaram o montante de R\$ 45.786 (2023 – R\$ 38.545).

20.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da Cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

	2024	2023
Sobras líquidas do exercício, base de cálculo das destinações	264.357	249.942
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital distribuído	(96.249)	(88.956)
FATES - lucro de operações realizadas com não cooperados	(11.226)	(14.414)
Reserva legal - 35 %	(54.909)	(51.300)
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(7.844)	(7.329)
Sobras do exercício à disposição da Assembleia Geral	94.129	87.943

- 35% do resultado de operações com cooperados para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, conforme alteração na última Assembleia Geral Ordinária de 25 de março de 2021.
- 5% do resultado de operações com cooperados para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-cooperados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

A Cooperativa distribuiu juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial SELIC para o exercício de 2024 e 2023. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Juros ao Capital	(96.249)	(96.249)	(88.956)

20.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2023 e de 2022 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 01 de abril de 2024 e 16 de março de 2023, respectivamente.

Na Assembleia Geral Ordinária de 01 de abril de 2024, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para Reserva legal, no montante de R\$ 43.943, para Capital social, no montante de R\$ 26.400 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 17.600, foi distribuído aos cooperados.

Na Assembleia Geral Ordinária de 16 de março de 2023, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para Reserva legal, no montante de R\$ 5.976, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 8.595, para Capital social, no montante de R\$ 17.500 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 17.500, foi distribuído aos cooperados.

Os valores apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido variam em decorrência da distribuição de sobras para associados desligados, cujos saldos são transferidos para cotas de capital à pagar.

20.4 Realização da Reserva legal

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa deixou de utilizar a Reserva Legal para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços da Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional da Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa

21 Receitas de operações de crédito

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.210	4.285	3.075
Rendas de Empréstimos	252.685	473.539	444.929
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	14.738	29.616	28.580
Rendas de Financiamentos	33.276	63.459	56.057
Rendas de Rurais - Recursos Livres	3.778	14.638	29.068
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados à Vista	6.398	12.897	14.568
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	4.446	12.990	50.368
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados de LCA	92.690	185.014	220.421
Rendas de Rurais - Recursos de Fontes Públicas	1.785	3.045	2.995
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	61.301	84.213	33.258
	<u>473.307</u>	<u>883.696</u>	<u>883.320</u>

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Dispendios e despesas da intermediação financeira

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Despesas com operações de captação de mercado (Nota 12.2)	(504.231)	(949.558)	(839.037)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses (Nota 14)	(47.797)	(103.778)	(200.727)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito (Nota 6)	135.457	202.184	182.630
Reversões de Provisões para Outros Ativos Financeiros (Nota 7)	11.356	13.870	5.378
Provisões para Operações de Crédito (Nota 6)	(235.015)	(412.894)	(275.231)
Provisões para Outros Ativos Financeiros (Nota 7)	(11.725)	(20.643)	(21.399)
	<u>(651.954)</u>	<u>(1.270.821)</u>	<u>(1.148.385)</u>

23 Ingressos e receitas de prestação de serviços

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Rendas de Cobrança	4.168	8.107	7.749
Rendas de Garantias Prestadas	201	485	570
Rendas por Serviços de Pagamento (i)	18.124	33.631	18.381
Rendas de Outros Serviços	10.406	20.114	23.501
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	2.291	4.442	2.161
	<u>35.189</u>	<u>66.778</u>	<u>52.363</u>

(i) Refere-se substancialmente a rendas de intercâmbio de cartões.

24 Rendas de tarifas

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.035	2.437	2.505
Rendas de Serviços Prioritários - PF	455	994	1.050
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	20	36	30
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.264	8.888	9.194
	<u>5.774</u>	<u>12.355</u>	<u>12.779</u>

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Dispêndios e despesas de pessoal

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(184)	(353)	(324)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(3.405)	(6.478)	(5.128)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(10.687)	(20.597)	(10.784)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(9.754)	(19.001)	(17.593)
Despesas de Pessoal - Proventos	(27.209)	(52.586)	(48.418)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(456)	(856)	(751)
	(51.695)	(99.871)	(82.998)

26 Outros dispêndios e despesas administrativas

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.292)	(2.620)	(2.374)
Despesas de Aluguéis	(4.690)	(9.421)	(9.260)
Despesas de Comunicações	(2.451)	(4.862)	(4.524)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(3.359)	(6.433)	(5.346)
Despesas de Material	(392)	(795)	(914)
Despesas de Processamento de Dados	(5.086)	(10.365)	(7.480)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.588)	(3.470)	(567)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(4.933)	(9.008)	(7.829)
Despesas de Publicações	(81)	(103)	(118)
Despesas de Seguros	(290)	(542)	(448)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.033)	(9.707)	(9.078)
Despesas de Serviços de Terceiros	(793)	(1.777)	(1.547)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(4.374)	(8.817)	(8.404)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(8.535)	(13.147)	(10.802)
Despesas de Transporte	(755)	(1.495)	(1.768)
Despesas de Viagem no País	(423)	(797)	(641)
Despesas de Amortização	(3.256)	(6.203)	(5.258)
Despesas de Depreciação	(6.594)	(12.826)	(11.312)
Outras Despesas Administrativas	(3.957)	(7.665)	(5.341)
	(57.881)	(110.054)	(93.010)

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Dispêndios e despesas tributárias

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Despesas Tributárias	(21)	(531)	(2.095)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(290)	(615)	
Despesas de Contribuição ao COFINS	(232)	(492)	(729)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(272)	(540)	(559)
	(815)	(2.179)	(3.383)

28 Outros ingressos e receitas operacionais

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Dividendos (Nota 5)	3.093	22.128	18.519
Recuperação de Encargos e Despesas	18	1.527	0
Distribuição de sobras (Nota 5)		530	643
Atualização depósitos judiciais	28	54	
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.106	1.834	1.839
Outras rendas operacionais	2.404	3.641	5.051
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	7.289	14.058	13.139
Juros ao Capital Recebidos (Nota 5)	14.440	14.440	12.590
	28.378	58.211	51.781

29 Outros dispêndios e despesas operacionais

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Descontos Concedidos em Renegociações	(4.394)	(5.795)	(3.363)
Outras Despesas Operacionais (i)	(19.962)	(36.022)	(21.081)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(595)	(1.330)	(1.301)
Outras Contribuições Diversas	(58)	(94)	(68)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(83)	(171)	(309)
Perdas - Fraudes Externas	(206)	(413)	(684)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(8)	(118)	(175)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(62)	(80)	(41)
	(25.368)	(44.023)	(27.023)

(i) Refere-se substancialmente a despesas com processamento de pagamento de máquinas de cartões.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Despesas com provisões

	2024		2023
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Provisões para Demandas Trabalhistas (Nota 16)	(167)	(223)	(625)
Provisões para Contingências (Nota 16)	(9.040)	(9.707)	(3.712)
Provisões para Contingências - Sucumbências		(153)	
Reversões de Provisões para Contingências (Nota 16)	19	40	660
Provisões para Garantias Prestadas (Nota 16)	(12.380)	(26.596)	(18.905)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas (Nota 16)	16.997	25.411	17.190
	(4.571)	(11.228)	(5.392)

31 Outras receitas e despesas

	2024		2023
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Ganhos de Aluguéis	6	12	35
Outras Rendas não Operacionais (i)	2.172	4.027	5.396
Lucro na Alienação Ativo não Financeiro (Nota 9)			789
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens (Nota 9)			(540)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(682)	(1.324)	(310)
	1.496	2.715	5.369

(i) Refere-se substancialmente a venda de ativos não financeiros à prazo.

32 Imposto de renda e contribuição social

	2024		2023
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)	Exercício (12 meses)
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados (i)	1.315		
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados	(896)	(2.033)	(2.973)
	419	(2.033)	(2.973)

(i) Variação decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital (Nota 8)

33 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, foram identificados os eventos considerados "Resultados não recorrentes" conforme a seguir:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Processo de Ativos não financeiros	40	40
Recuperação de Créditos tributários	26	1.857
Venda Ativos Imobilizados	166	166
Resultado com Fundos de Investimentos		(5.379)
Ressarcimento Sinistro		11
	232	2.063
		(5.368)

34 Partes relacionadas

34.1 Pessoal chave da administração

34.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, montaram a R\$ 9.916 (2023 - R\$ 8.807).

34.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	2024	2023
(a) Principais saldos		
Ativo		
Operações de crédito e outros créditos - circulante	115.219	87.695
Operações de crédito e outros créditos - não circulante	251.514	267.424
Passivo		
Depósitos a vista - circulante	73.564	83.359
Depósitos a prazo, LCA e LCI - não circulante	480.200	227.431
Patrimônio líquido		
Capital social	50.641	41.371
Novos Aportes de Capital	4.435	12.249
	2023	2022
(b) Principais operações		
Ingresso com operações de crédito e outros créditos	42.104	26.711
Dispêndio com captação	45.521	39.665
Juros ao capital	4.835	4.676

As operações de crédito, os depósitos à vista, a prazo, LCA e LCI são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais cooperados.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

A Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

35.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

35.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

35.2.1 Principais saldos

	2024	2023
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (Nota 3)	3.632.570	2.981.435
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	157.325	123.969

35.2.2 Principais operações

	2024	2023
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 5)	5.281	7.113
Resultado com depósitos intercooperativos (Nota 3)	185.717	344.933
Distribuição de sobras (Nota 28)	14.440	13.232
Aportes de capital (Nota 5)	23.633	40.285

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

36 Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é realizada pela Cooperativa e no Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza,

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de mercado e variação das taxas de juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

36.4 Risco de liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36.6 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

36.7 Gestão de continuidade de negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital da SICOOB COCRED e a Tabela OVA, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site <https://relacionamento.sicoobcocred.com.br/>, seção “Gerenciamento de Riscos” / Relatório de Pilar 3.

36.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

37 Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, a Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados cooperados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 440.535 (2023 - R\$ 356.483), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus cooperados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas (Nota 16 (i)), contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

38 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

39 Benefícios a empregados

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		2024	2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)	(12 meses)
Contribuição Previdência Privada (i)	(280)	(502)	(321)
Convênio Médico	(1.280)	(1.280)	(2.497)
Seguro de Vida	(199)	(399)	(399)
Programas de Participação do Resultado	(12.720)	(12.720)	(24.313)
Ajuda de custo	(157)	(157)	(312)
Alimentação do trabalhador	(9.423)	(17.717)	(16.717)
Vale transporte	(8)	(19)	(18)
Auxílio creche/babá	(570)	(1.060)	(1.024)
	<u>(24.637)</u>	<u>(33.853)</u>	<u>(45.599)</u>

(i) A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

* * *



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: A1FAF642-FC47-41CF-95B3-BF3A04C795EE		Status: Concluído
Assunto: Cocred_Demonstrações financeiras_31.12.2024.pdf		
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)		
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables		
Envelope fonte:		
Documentar páginas: 53	Assinaturas: 1	Remetente do envelope:
Certificar páginas: 2	Rubrica: 0	Isabela Mantovani
Assinatura guiada: Ativado		Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado		andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		São Paulo, São Paulo 04538-132
		isabela.mantovani@pwc.com
		Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Isabela Mantovani	Local: DocuSign
05 de março de 2025 17:34	isabela.mantovani@pwc.com	
Status: Original	Portador: CEDOC Brasil	Local: DocuSign
05 de março de 2025 21:14	BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Marcos Franco Botelho marcos.botelho@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital	DocuSigned by: B4419BFC8085477... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 134.238.159.64	Enviado: 05 de março de 2025 17:36 Visualizado: 05 de março de 2025 21:12 Assinado: 05 de março de 2025 21:13
Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5		
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Isabela Mantovani isabela.mantovani@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 05 de março de 2025 21:14 Visualizado: 05 de março de 2025 21:14 Assinado: 05 de março de 2025 21:14
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	05 de março de 2025 17:36
Entrega certificada	Segurança verificada	05 de março de 2025 21:12
Assinatura concluída	Segurança verificada	05 de março de 2025 21:13
Concluído	Segurança verificada	05 de março de 2025 21:14
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora